

Varejo Participações Societárias S.A.

Demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2022

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	3
Balanço patrimonial	6
Demonstração do resultado	7
Demonstração do resultado abrangente	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstração do fluxo de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e aos acionistas da
Varejo Participações Societárias S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Varejo Participações Societárias S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 4 de outubro (data de início das operações) a 31 de dezembro de 2022, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Varejo Participações Societárias S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o período de 4 de outubro a 31 de dezembro de 2022, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 29 de maio de 2023.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Carlos José Aragão Lopes
Contador CRC RJ-109341/O-5

Varejo Participações Societárias S.A.

Balço patrimonial

Em 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	Nota	2022
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	4	<u>181.007</u>
Total do Ativo		<u>181.007</u>
Passivo		
Circulante		
Tributos a recolher	5	1.031
Juros sobre o capital próprio a pagar	6 e 12	<u>1.500</u>
Total do Passivo		<u>2.531</u>
Patrimônio líquido		
Capital social	6	176.000
Reserva de lucros	6	<u>2.476</u>
Total do Patrimônio Líquido		<u>178.476</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>181.007</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Varejo Participações Societárias S.A.

Demonstração do resultado

Período de 4 de outubro de 2022 (data de início das operações) a 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	Nota	2022
Despesas gerais e administrativas	7	<u>(268)</u>
Prejuízo antes do resultado financeiro		<u>(268)</u>
Receitas financeiras	8	5.496
Despesas financeiras	8	(1)
Resultado financeiro líquido		<u>5.495</u>
Lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social		<u>5.227</u>
Imposto de renda e contribuição social	9	<u>(1.251)</u>
Lucro líquido do período		<u>3.976</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Varejo Participações Societárias S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Período de 4 de outubro de 2022 (data de início das operações) a 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	2022
Lucro líquido do período	3.976
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>
Resultado abrangente do período	<u><u>3.976</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Varejo Participações Societárias S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Período de 4 de outubro de 2022 (data de início das operações) a 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	Capital social	Reserva de Lucros	Lucros acumulados	Total
4 de outubro de 2022	-	-	-	-
Aumento de capital	176.000	-	-	176.100
Lucro líquido do período	-	-	3.976	3.976
Destinação de resultados:				
Juros sobre capital próprio	-	-	(1.500)	(1.500)
Constituição de reserva legal	-	198	(198)	-
Constituição de reserva de lucros	-	2.278	(2.278)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>176.000</u>	<u>2.476</u>	<u>-</u>	<u>178.476</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Varejo Participações Societárias S.A.

Demonstração do fluxo de caixa

Período de 4 de outubro de 2022 (data de início das operações) a 31 de dezembro de 2022

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$)

	2022
Lucro líquido do período	3.976
Ajustes para:	
Despesa de impostos de renda e CSLL	1.251
Impostos e contribuições pagos	<u>(220)</u>
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	<u>5.007</u>
Aumento de capital social	<u>176.000</u>
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	<u>176.000</u>
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	<u>181.007</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	-
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	<u>181.007</u>
Aumento do caixa e equivalentes de caixa	181.007

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Valores expressos em milhares de Reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Varejo Participações Societárias S.A. (“Companhia”) é uma sociedade por ações, domiciliada no Brasil e sediada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2.277, 14º andar, Jardim Paulistano, São Paulo, no Estado de São Paulo. A Companhia foi constituída em 5 de abril de 2022 e tem por objeto social a participação em outras sociedades, brasileiras ou estrangeiras.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia encontra-se em fase pré-operacional e possui somente atividades de caixa originárias de aplicações financeiras, que serão destinadas a implementação do seu objeto social. A Administração da Companhia entende que os acionistas continuarão a prover os recursos necessários ao cumprimento do seu objeto social.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

a. Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 29 de maio de 2023.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo por meio do resultado (VJR).

c. Moeda funcional e de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas inclui avaliação dos ativos e passivos financeiros pelo valor justo.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação.

A Companhia revisa suas estimativas e premissas periodicamente ao longo do período.

e. Normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022. A Companhia não espera que elas possam ter impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

3 Resumo das principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pela Companhia em todo o período apresentado nessas demonstrações financeiras.

f. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, saldos positivos em conta movimento, aplicações financeiras resgatáveis a qualquer tempo e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. As aplicações financeiras são registradas ao valor de custo, acrescido dos rendimentos proporcionalmente auferidos até a data de encerramento do período.

g. Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

Ativos Financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA (Outros Resultados Abrangentes). Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros – Avaliação do modelo de negócio

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição.

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Mensurados ao valor justo e as variações no valor justo, incluindo juros ou receita de dividendos, foram reconhecidas no resultado.
Ativos financeiros mantidos até o vencimento	Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.
Empréstimos e recebíveis	Mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não possui nenhum instrumento derivativo em 31 de dezembro de 2022.

h. Provisões

São reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor possa ser estimado com segurança.

i. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita e despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A Companhia classifica juros recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento.

j. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do período são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para a contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do período.

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do período. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal para melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

4 Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2022 o saldo é composto da seguinte forma:

	2022
Caixa	1
Aplicações financeiras*	<u>181.006</u>
Total	<u>181.007</u>

*As aplicações financeiras são constituídas por certificados de depósitos bancários (“CDBs”) mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa a curto prazo, e não de investimento e outros fundos. Possuem liquidez imediata, que podem, a qualquer momento, ser resgatados antecipadamente a critério da Companhia, sem perda de principal e juros auferidos até a data do resgate e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

A remuneração média anual das aplicações da Companhia referente aos CDB’s é de 101% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

5 Impostos e contribuições a recolher

Em 31 de dezembro de 2022 a Companhia apresenta os seguintes saldos classificados como impostos e contribuições a recolher:

	2022
PIS/COFINS e CSLL a recolher	118
IRRF a recolher	<u>913</u>
Total	<u>1.031</u>

6 Patrimônio líquido

a. Capital social

A Companhia foi constituída com o capital social de R\$100 (cem reais) dividido em 100 (cem) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$ 1 (um real) cada ação.

Em 21 de setembro de 2022 foi aprovado o aumento de capital da Companhia em R\$176.000 através da emissão de 176.000.000 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2022, no valor de R\$176.000, está representado por 176.000.100 ações ordinárias nominativas, no valor nominal de R\$1,00 cada, totalmente subscritas e integralizadas.

b. Reserva de lucros

A reserva de lucros é constituída pelo resultado ainda não destinado.

Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

c. Dividendos e Juros sobre capital próprio

O Estatuto Social da Companhia não estabelece a obrigatoriedade de distribuição mínima de lucros.

Ao acionista está assegurado um dividendo mínimo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido ajustado nos termos da legislação em vigor.

Em 20 de dezembro de 2022 foi aprovada a distribuição de juros sobre capital próprio no montante de R\$1.500, correspondente a R\$0,0085 por ação, relativos ao período findo em 31 de dezembro de 2022. Os valores relativos a juros sobre capital próprio foram imputados aos dividendos obrigatórios relativos ao período findo em 31 de dezembro de 2022. Em 31 de dezembro de 2022 o montante de R\$1.500 permanece a pagar.

7 Despesas gerais e administrativas

Em 31 de dezembro de 2022 o saldo é composto da seguinte forma:

	2022
Serviço de contabilidade	11
Serviços de informática	1
Outras despesas administrativas	<u>256</u>
Total	<u><u>268</u></u>

8 Resultado financeiro

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2022 o saldo é composto da seguinte forma:

	2022
Rendas de aplicações financeiras - CDB	5.496
Despesas financeiras	<u>(1)</u>
Total	<u><u>5.495</u></u>

9 Imposto de renda e contribuição social

Em 31 de dezembro de 2022 a conciliação de despesa de imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais é demonstrada a seguir:

	2022
Lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social	<u>5.227</u>
Alíquota nominal combinada de imposto de renda e contribuição social	34%
Imposto de renda	(916)
Contribuição social	(335)

10 Contingências

A Companhia não figura em nenhum processo judicial ou administrativo, como ré ou como autora em 31 de dezembro de 2022.

11 Gestão de riscos

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender às suas necessidades operacionais e a reduzir a exposição a riscos de crédito e de taxas de juros. A Companhia não realiza operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

a. Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia estão expostas ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos e aplicações financeiras em bancos e instituições financeiras.

Os valores contábeis dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito que está representado pela possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade em realizar o seu investimento em aplicações financeiras e conta-corrente.

Para reduzir esse tipo de risco, a Companhia atua na seleção de bancos com ratings BB, de boa reputação e baixo risco de insolvência.

b. Risco de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez através do acompanhamento diário do fluxo de caixa, controle dos vencimentos dos ativos e passivos financeiros e relacionamento próximo com as principais instituições financeiras.

c. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações - irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possuía exposição a nenhuma moeda estrangeira ou a ativos que tenha exposição a preço de bolsa ou commodities. No entanto, a Companhia possuía exposição a instrumentos financeiros com exposição a juros, conforme detalhado na Nota Explicativa nº 4, que na sua maioria eram remunerados por uma taxa de juros pós-fixada que tinha valor líquido na data do balanço de R\$181.006.

Análise de sensibilidade para instrumento com taxa de juros pós-fixada

Uma alteração de 100 pontos base nas taxas de juros, na data do balanço, teria aumentado (reduzido) o patrimônio líquido e o resultado do exercício pelos montantes demonstrados abaixo. A análise considera que todas as outras variáveis, especialmente as taxas de câmbio, permaneceriam constantes.

Em milhares Reias	Resultado do período		Patrimônio líquido	
	100 pb aumento	100 pb diminuição	100 pb aumento	100 pb diminuição
31 de dezembro de 2022				
Instrumentos com taxa de juros pós- fixada	1.785	(1.785)	40	(40)

12 Transações com partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia tem como cotista um fundo de investimento integrante do conglomerado financeiro do qual a Companhia pertence.

No período findo em 31 de dezembro de 2022 foi deliberado pagamento de juros sobre capital próprio aos acionistas no montante de R\$1.500.

13 Eventos subsequentes

Em 27 de abril de 2023 foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária a aquisição de 6,02% da Le Biscuit S.A. (“Investida”) pelos montantes de R\$ 132.500 e R\$ 50.000, respectivamente, os quais foram integralizados pela Companhia da seguinte forma: (i) R\$101.300 integralizados em até 10 dias úteis a partir da aprovação da AGE e, (ii) R\$ 31.200 integralizados através de contrato de mútuo; (iii) R\$ 21.000 integralizados no ato da assinatura do contrato e; (iv) R\$ 29.000 integralizados em até 24 meses após a assinatura do contrato.

VAREJO PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS S.A.

DOMINGUES E PINHO CONTADORES LTDA.

CRC-RJ 001137/O-0

Glória Cunha dos Santos

CRC-RJ 059.507/O-0 – Contadora

Tatiana Da Costa Menezes Batista

CRC-RJ 128896/O-3 - Contadora